

Um crime econômico contra Brasília e o entorno

Retenção proposital do plano de emergência impede a liberação de Cr\$ 26 bilhões do Finsocial

JARBAS SILVA MARQUES
Editor do Jornal Voz de Luziania

Na manhã do dia 8 de janeiro de 1985 veio à tona um crime de vastas proporções sociais e econômicas contra Brasília e as cidades que constituem o seu Entorno e que totalizam quase dois milhões e meio de habitantes.

Desrespeitando o que foi convenção na 2ª Reunião do Conselho Diretor para o Entorno do Distrito Federal, o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — Sudeco —, René Pompêo de Pina, reteve, por 28 dias, as "Propostas de Ação Governamental" elaboradas por técnicos dos Governos do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais, além de técnicos da própria Sudeco.

A retenção foi proposital e teve como objetivo impedir que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, pudesse utilizar os recursos do Finsocial para liberar o montante de Cr\$ 26 bilhões, 435 milhões, 409 mil, necessários à execução das obras de emergência.

René Pompêo de Pina comprometeu-se, no dia 10 de

dezembro, com o representante da Seplan, Georges Borges; com Paulo Dante Coelho e Fernando José Almeida, do Ministério do Interior; com Regis Guimarães, do Ministério dos Transportes; com o Secretário do Governo do Distrito Federal, Cesar Rômulo; com o Secretário do Planejamento de Goiás, Flávio Peixoto; com Dalmar Chaves Ivo, da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais e com o prefeito Orlando Roriz, presidente da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília — AMAB —, a enviar no máximo em três dias, ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, as conclusões e a "Proposta de Ação Governamental" para que ele as enviasse ao Ministro do Planejamento a tempo de serem utilizados os recursos do Finsocial.

Na ocasião, René Pompêo de Pina sugeriu que os secretários dos Governos do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais pedissem a seus governadores que enviassem ofício ao Ministro Delfim Netto solicitando a liberação da verba, por julgar "a pressa mais correta".

Durante 28 dias, René Pompêo de Pina reteve, nas suas ga-

vetas, o mais criterioso levantamento já efetuado por técnicos, prefeitos e lideranças comunitárias de Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Unaí.

Somente enviou os documentos ao ministro do Interior na manhã do dia 8 de janeiro, assim mesmo, porque, na véspera, o senador Henrique Santillo solicitou uma audiência para questioná-lo sobre o assunto.

Com isso, ele impediu que a "Proposta de Ação Governamental" chegasse, em tempo hábil, às mãos do ministro Delfim Netto para a liberação, ainda no mês de dezembro, que sabidamente é o mês em que não são distribuídos os recursos finais do Finsocial.

Sem esses recursos, os municípios que circundam Brasília serão levados a um estado de pré-convulsão em seus setores sociais e produtivos. Abadiânia, por exemplo, corre o risco de ficar sem energia elétrica, pois contava com a liberação de mais de Cr\$ um bilhão para a

construção imediata de uma nova linha de transmissão.

Formosa, Luziânia e Cristalina perderão milhares de sacas de soja porque não terão recursos para a reparação imediata de suas estradas vicinais que possibilitem o escoamento da safra.

Luziânia ficará com mais de 30 mil alunos sem condições de serem matriculados, porque não terá recursos para reformar e ampliar suas escolas urbanas e rurais.

Cabeceiras e Santo Antônio do Descoberto não terão os Postos de Saúde necessários à triagem de doentes para os hospitais de Brasília, só para dar três exemplos nos aspectos econômico e social.

Conseguiu o senhor René Pompêo de Pina destruir o criterioso trabalho efetuado pelo governador José Ornellas, iniciado no dia 4 de maio de 1983, quando recebeu o governador de Goiás, Iris Rezende e lhe propôs, a criação de um Grupo de Trabalho dos dois governos para uma efetiva ação conjunta no Entorno do DF.

O Governador José Ornellas procurou deslocar para a área

técnica as decisões sobre o que era necessário para Brasília e os doze municípios golanos e mineiros que o seu constituem Entorno.

René Pompêo de Pina tudo fez para impedir esse objetivo, a tal ponto que o Secretário-Geral do Ministério do Interior, Rocha Mala, sentiu a sabotagem na elaboração do Protocolo de Intenções e, através de suscito, pôs fim às manobras do superintendente da Sudeco: "De ordem do Senhor Ministro, comunico que aprovamos o texto preliminar do Protocolo de Intenções."

Apesar disso, René Pompêo de Pina não se deu por satisfeito e, para evitar a repercussão do Protocolo de Intenções, criou entraves burocráticos que impediram a assinatura conjunta, em ato solene do Ministro do Interior, Mário Andreazza, do Governador José Ornellas, do Governador Iris Rezende e do então Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, despachando por malote aos governadores o Protocolo para ser assinado.

Assinado o Protocolo de Intenções pelo Ministro Andreaz-

za no dia 23 de setembro de 1983, o superintendente da Sudeco continuou entravando as condições objetivas para a ação conjunta dos três governos.

Diante de mais essa sabotagem, o Governo José Ornellas propôs aos Governos de Goiás e de Minas Gerais um convênio de cooperação técnica para que, num prazo máximo de 90 dias, fosse elaborada uma proposta de ação governamental visando atacar problemas emergenciais, cuja solução não mais poderia ser postergada.

O convênio ensejou a oportunidade de que os técnicos se reunissem com prefeitos, vereadores, associações, sindicatos e lideranças comunitárias e juntos elaborassem as prioridades nas áreas da educação, saúde, energia, estradas, saneamento e desenvolvimento rural.

Esse trabalho, metódico e sério, repousou durante vinte e oito dias nas mãos do senhor René Pompêo de Pina, quando, no máximo, em três ou quatro dias após a reunião do dia 10 de dezembro ele deveria ter encaminhado ao ministro Andreazza

o senhor René Pompêo de Pina para que as decisões so-

bre os destinos de Brasília e dos municípios que a circundam não tenham as soluções emergenciais que precisam. Afinal, se a "Proposta de Ação Governamental" fosse levada a cabo, não poderia ele usar, como usou, as verbas da Sudeco desde que assumiu a Superintendência, construindo estádio de futebol em Anápolis com nome de um seu parente (talvez para impedir migrações para Brasília...) ou preparando infra-estrutura para as usinas de álcool de Goianésia, de propriedade de seu patrono político.

Esse atentado perpetrado por René Pompêo de Pina não pode completar o chulo maquiavelismo de província que ele está tentando, de jogar sobre os ombros do ministro Delfim Netto e de Mário Andreazza a culpa pela não liberação de tão necessários recursos.

Pedro Aleixo disse que não temia as Ditaduras, mas sim o guarda da esquina, pura verdade. Que Brasília e o seu Entorno se lembrem do homem que, sozinho, conseguiu destruir os desejos, os sonhos e as expectativas de quase dois milhões e meio de pessoas.